



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

À LCA – Leal, Carreira & Associados, SROC

Fátima, 2 de Abril de 2012

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da SRUFÁTIMA E.E.M., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, conducente à respectiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respectivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as actas de todas as reuniões dos accionistas/sócios e dos órgãos sociais e comissões.
- As demonstrações financeiras incluem a globalidade das operações realizadas e não se encontram afectadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os activos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de immobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, para além das que estão consideradas nas demonstrações financeiras.



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

- Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas e terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados que possam ter um efeito materialmente relevante.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respectivos saldos e transacções.
- Para além do que está divulgado no Anexo não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
- Não temos projectos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de produção, nem planos de abandonar ou reduzir actividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de immobilizações.
- A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.



SRUFATIMA

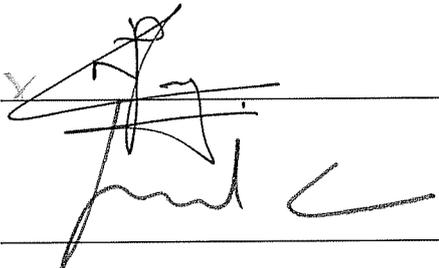
Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

- Não se verificaram irregularidades envolvendo os administradores/gerentes, directores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.

O Director Financeiro/Chefe da Contabilidade



Pela Administração/Gerência

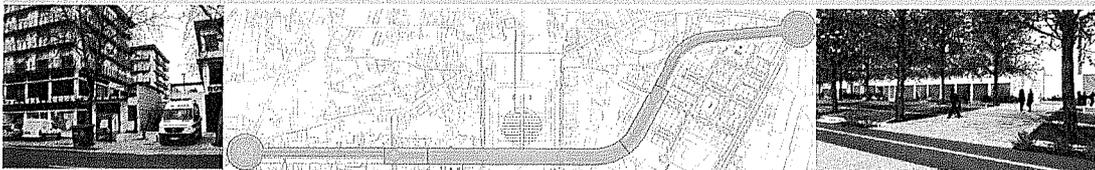


[Handwritten signature]
L.C.

RELATÓRIO E CONTAS 2011



SRUFÁTIMA, E.E.M.



> 2010

> 2011

> 2012



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Sumário executivo	6
Introdução.....	8
Envolvente Macro Económica.....	9
Organograma	10
Actividades desenvolvidas	11
01. 1. Programa de Requalificação Urbana – Plano de Acção Integrada de Valorização Urbana – FÁTIMA 2017 (Fevereiro 2008)	11
01.2. Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII	11
01.3. ACRRU de Fátima (Reconversão em ARU)	11
01.4. Reabilitação Urbana de Aljustrel (Setembro 2009).....	12
01.5. Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Rua de Santa Isabel, em Fátima.....	12
01.6. Projeto para criação de um Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio (Fevereiro 2009)	12
01.7. Assessoria à operação “Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria (Setembro 2009).....	12
01.8. Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (Dezembro 2010) 14	
01.9. Projeto de Requalificação Urbana das 4 Principais Vias de Entrada em Fátima 17	
01.10. Requalificação da EN 360 - Estrada de Minde (troço entre a rotunda Sul e o limite urbano de Fátima) (Março 2009)	17
01.11. Requalificação Urbana da Rua das Covinhas (Julho 2011).....	17
01.12. Brigada de Intervenção Urbana	18
01.13. Loja de Reabilitação Urbana (LRU).....	18
01.14. Concertos de Verão	19
01.15. Fátima Cidade Natal	19
01.16. Outras tarefas, estudos e projetos:.....	20



a. Preparação das Grandes Peregrinações	20
b. Estudo de arranjo do espaço a sul do cruzamento entre as ruas S. João de Deus e S. João de Eudes, campo de jogos e arranjo geral da envolvente.	20
c. Reordenamento interior do quarteirão delimitado pela Av. D. José Alves Correia da Silva e ruas Padre Manuel Nunes Formigão e Santo António.	20
d. Adaptação da antiga ETAR de Fátima a Ecocentro	20
e. Estudo de Sinalização de Trânsito no Centro Urbano de Fátima.....	20
f. Posto de Informação Turística de Fátima.....	21
g. Elaboração de pareceres no âmbito de processos de licenciamento na CMO 21	
h. Novos centros escolares	21
Recursos Humanos.....	22
Relatório de gestão	23
A) A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NOS DIFERENTES SECTORES EM QUE A SOCIEDADE EXERCEU ACTIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, CUSTOS, PROVEITOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:.....	23
B) OS FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:	26
C) A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE:.....	26
D) O NÚMERO E O VALOR NOMINAL DE QUOTAS OU ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS MOTIVOS DESSES ACTOS E O RESPECTIVO PREÇO, BEM COMO O NÚMERO E VALOR NOMINAL DE TODAS AS QUOTAS E ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS NO FIM DO EXERCÍCIO:.....	26
E) AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º:	27
F) UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA:	27
G) A EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:.....	27
H) OS OBJECTIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS, INCLUINDO AS POLÍTICAS DE COBERTURA DE CADA UMA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE TRANSACÇÕES PREVISTAS PARA AS QUAIS SEJA UTILIZADA A CONTABILIZAÇÃO DE COBERTURA, E A EXPOSIÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE AOS RISCOS DE PREÇO, DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ E DE FLUXOS DE CAIXA, QUANDO MATERIALMENTE RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, EM RELAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS: ...	27
DOCUMENTOS ADICIONAIS	28

Handwritten signature and initials.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Nazareno do Carmo

Por gestão estratégica do Município de Ourém, foi entendimento deste executivo definir o Pelouro Fátima atribuindo-lhe competências de gestão e planeamento no território da Freguesia de Fátima e delegou essas Competências no Vereador Nazareno do Carmo. A inovação e ambição desta medida reconhecem assim, no seio do Município de

Ourém, o carácter específico da Cidade de Fátima.

Entendeu ainda este mesmo executivo que a SRUFÁTIMA deve ser o veículo privilegiado para operacionalizar esta estratégia, pelo que o Vereador com o Pelouro Fátima, foi indicado para presidir à SRUFÁTIMA, procurando também a nível de pessoas uma simbiose entre as duas realidades.

No decurso do exercício de 2011 a grande tarefa da SRUFÁTIMA foi de novo a colaboração nas obras de reabilitação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, quer no que diz respeito ao troço da responsabilidade do Município, quer no que diz respeito ao troço da responsabilidade do Santuário.

A Loja de Reabilitação Urbana, fruto de candidatura a incentivos QREN-MAISCENTRO, manteve-se em funcionamento e foi possível manter anexo a esta os serviços administrativos e técnicos da SRUFÁTIMA, numa óptica de maior proximidade à população.

A Brigada de Intervenção Urbana (BIU) tem efetuado um trabalho mais eficaz junto da população, por forma a garantir a manutenção e cuidado que, quer a cidade, quer a freguesia necessitam e merecem.

O evento Fatima Cidade Natal, afirmou-se em 2011 como evento de dimensão regional e com naturais ajustes próprios da sua evolução, marcará os próximos natais na Cidade de Fátima.



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

Foi desenvolvido trabalho na área da mobilidade e acolhimento, que nos preocupa e que tem que merecer da nossa parte uma atenção especial, trabalho desenvolvido em conjunto com o Município, Santuário, ACISO e GNR e demais forças vivas da cidade

São conhecidos constrangimentos de tesouraria na SRUFATIMA, que resultam quer de investimentos passados, quer de dificuldades resultante da tesouraria do Município de Ourem.

Relativamente ao futuro e sabendo do clima de reestruturação e de incertezas que todos vivemos, não podemos tomar posições inequívocas, cabendo-nos criar melhores condições de subsistência e até quem sabe, de auto-suficiência da empresa, contando com uma maior intervenção na vida activa da Freguesia e da Cidade de Fátima.

Nazareno do Carmo

Presidente do Conselho de Administração

SUMÁRIO EXECUTIVO

Assim a ação da SRUFATIMA, E.E.M. resulta na sua essência da delegação de competências do Município de Ourém no âmbito da promoção do desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar a promoção do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social. A ação no desenvolvimento do objeto social desta, resultam de diretrizes emanadas da tutela.

A 1 de Janeiro de 2010 iniciou funções o atual Conselho de Administração, com renovadas diretrizes e com uma visão de futuro imediato alargado a outras áreas de atividade. O ano de 2010 é um ano de transição para nova missão.

A requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, continuou no ano de 2011 a exigir muita atenção e exigir um esforço grande de toda a estrutura da sociedade, mantendo-se ainda a vontade de realizar outras tarefas que estão em curso e que sendo de menor visibilidade são de enorme importância para a Cidade.

O Ano de 2011 foi decisivo para viabilizar alguns investimentos que estavam com financiamentos aprovados junto do QREN e desde logo se assumiu como prioridades operacionais um esforço adicional na gestão destes processos.

A estes projetos prioritários foi solicitado à SRUFATIMA, que desempenhasse a função de instrumento operacional das políticas e diretrizes do Pelouro Fátima, que foi criado na Câmara Municipal de Ourém no início de 2011 e que é um Pelouro Horizontal, em que todos os assuntos relevantes para a Gestão e Planeamento da Cidade estão delegados no Vereador responsável pelo Pelouro, Nazareno do Carmo.

Dos contratos programas em vigor, os contratos Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria, Loja de Reabilitação Urbana e Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, foram os que mais exigiram afetação de recursos. Esta atenção permitiu a obtenção da satisfação da execução das tarefas em cronograma adequado, sendo notório a satisfação e o espírito de realização profissional na equipa.

Refira-se ainda a realização do Evento Fátima Cidade Natal e em que se iniciou algum trabalho na área da divulgação internacional e nacional da marca Fátima.

A parte operacional, no âmbito da Brigada de Intervenção Urbana, foi igualmente chamada a desempenhar ações em número significativo, atendendo ao forte incremento de solicitações por parte dos Municípios.



SRUFATIMA Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

No que diz respeito à atividade operacional da SRUFATIMA no exercício de 2011 houve um acréscimo de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos na ordem de 3,01% e um decréscimo em Gastos com Pessoal na ordem dos 2,74%.

Relativamente ao volume de negócios houve um acréscimo de 22,03%.

Considerando os resultados e apesar de negativos, denotam uma melhoria nos resultados operacionais de 5,74% e de 6,52% nos resultados líquidos, cifrando-se estes em 194.595,28 euros negativos.

O crescimento do volume de negócios contribuiu para a evolução positiva do resultado negativo.

Pelo dito é de considerar o desempenho em 2011 positivo.

Handwritten signature and initials 'LL'.

7

INTRODUÇÃO

A 15 de Fevereiro de 2006 é constituída a **SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M. (SRU)**, no cumprimento de deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal de Ourém, de Abril de 2005, sendo o capital social da sociedade detido na totalidade pelo Município de Ourém. A empresa está assim alicerçada desde logo pelo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local e pelo Regime Jurídico Excepcional da Reabilitação Urbana.

Em Junho de 2008, após publicação da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro, foi decidido alterar a denominação social para **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.** e readaptar os seus estatutos.

Assim a acção da SRUFATIMA, E.E.M. resulta na sua essência da delegação de competências do Município de Ourém no âmbito da promoção do desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar a promoção do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social. A acção no desenvolvimento do objeto social desta, resultam de diretrizes emanadas da tutela.

A 1 de Janeiro de 2010 iniciou funções o actual Conselho de Administração, com renovadas diretrizes e com uma visão de futuro imediato alargado a outras áreas de atividade. O ano de 2010 é um ano de transição para nova missão.

A requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, continuou no ano de 2011 a exigir muita atenção e exigir um esforço grande de toda a estrutura da sociedade, mantendo-se ainda a vontade de realizar outras tarefas que estão em curso e que sendo de menor visibilidade são de enorme importância para a Cidade.



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

ENVOLVENTE MACRO ECONÓMICA

“.....

De acordo com as **Contas Nacionais Trimestrais**, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2011, o PIB registou uma queda em volume de 2.8 por cento, face ao período homólogo, representando uma redução de 0.9 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao trimestre anterior. Esta evolução refletiu a diminuição muito significativa do contributo da procura interna (contributo para a variação homóloga do PIB de -10.3 p.p., após -5.3 p.p. no trimestre anterior). O desempenho da procura interna traduz o comportamento de todas as suas principais componentes, com particular destaque para a queda muito acentuada em termos homólogos do consumo privado (-6.5 por cento, após -3.4 por cento no terceiro trimestre). Em relação à procura externa líquida, cujo contributo para a variação homóloga do PIB aumentou significativamente no quarto trimestre de 2011 (7.5 p.p., após 3.3 p.p. no trimestre anterior), é de assinalar a queda acentuada das importações (-13.5 por cento em termos homólogos, após -2.7 por cento no terceiro trimestre) e a manutenção do dinamismo das exportações.

No conjunto do ano de 2011, o PIB registou uma queda de 1.6 por cento, após um aumento de 1.4 por cento em 2010. A contração da atividade económica em 2011 refletiu a evolução da procura interna (contributo para a variação anual do PIB de -6.2 p.p. após 0.9 p.p. em 2010), com destaque para a contração significativa do consumo privado (-3.9 por cento, após 2.1 por cento em 2010) e para a queda, pelo quarto ano consecutivo, da formação bruta de capital fixo. Em sentido contrário, o contributo da procura externa líquida aumentou de forma significativa em relação a 2010 (4.6 p.p., após 0.5 p.p.), refletindo em grande medida a queda acentuada das importações no conjunto do ano.

.....“



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.

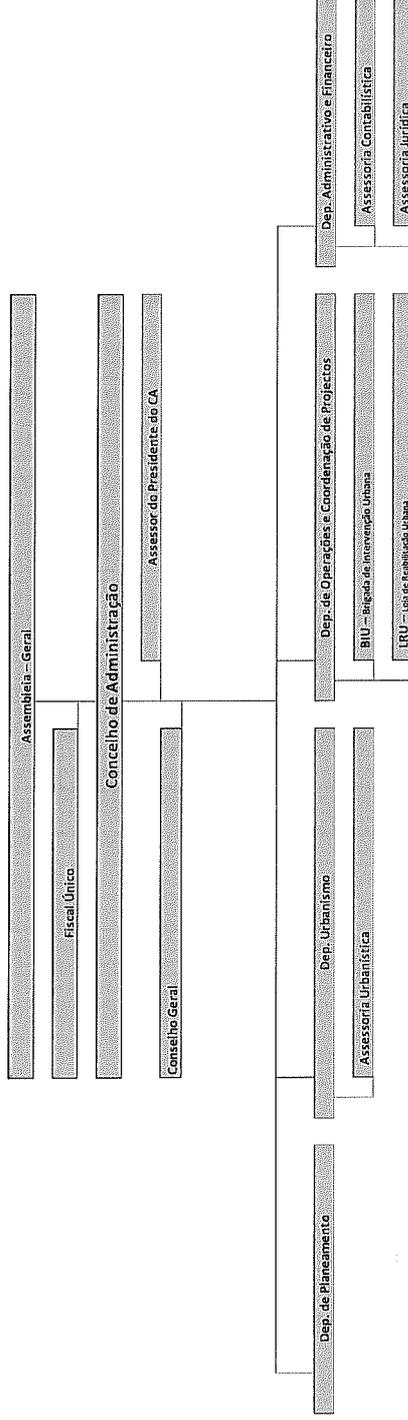
SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

ORGANOGRAMA



SRUFATIMA, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE FÁTIMA, E.E.M.

ORGANOGRAMA



01 | FEV | 2010

- Assembleia-Geral:** Município de Ourém (Paulo Fonseca, Presidente)
Mesa Assembleia-geral Agostinho Xavier Ferreira (Presidente) | Rui Torrão Gonçalves (Vice-Presidente) | Sérgio Manuel Oliveira (Secretário)
- Conselho de Administração:** Nazareno do Carmo (Presidente) | Alberto Caveiro (Vogal) | Nuno Nobre (Vogal)
- Conselho Geral:** Santuário de Fátima (Carlos Cabecinhas) | ACISO (Filipe Saraiva) | Junta de Freguesia de Fátima (Natalio Reis) | CCDRLVT (Vasco Serrano)
- Fiscal Único:** LCA – Leal, Carreira & Associados SROC (n.º 65), representada por José Maria de Jesus Carreira, ROC n.º 614

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

01.1. Programa de Requalificação Urbana – Plano de Acção Integrada de Valorização Urbana – FÁTIMA 2017 (Fevereiro 2008)

Ponto de situação: Com a aprovação e divulgação pública do relatório do Plano Operacional da Acção Integrada de Valorização Urbana – Fátima 2017, em 2008, segue-se uma fase em que o estudo serve de base ao desenvolvimento e estudo de diversas temáticas.

01.2. Plano de Pormenor da Avenida Papa João XXIII

- O PP foi publicado em Diário da República (DR) através do Aviso n.º 15622/2009, de 4 de Setembro, encontrando-se em vigor desde o dia 5 de Setembro de 2009;
- Avaliação de metodologia para desenvolvimento da implementação do PP e elaboração do regulamento de perequação;

Ponto de situação: Segue-se a preparação da fase de implementação do PP e definição do regulamento e perequação.

01.3. ACRRU de Fátima (Reconversão em ARU)

- Na sequência da publicação do novo regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU), o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, foi desenvolvido todo o processo de conversão da ACRRU de Fátima em área de reabilitação urbana (ARU) compreendendo: delimitação da ARU, preparação do programa estratégico de reabilitação urbana, recolha do parecer do IHRU, submissão a discussão pública;
- Aprovação pela Assembleia Municipal a 22 de Dezembro, da delimitação da ARU e do programa estratégico de reabilitação urbana.

Ponto de situação: Segue-se a finalização do procedimento de conversão da ACRRU de Fátima em ARU, com a aprovação em Diário da República.

01.4. Reabilitação Urbana de Aljustrel (Setembro 2009)

- O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, veio estabelecer o regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU). De acordo com o disposto n.º 5 do artigo 78.º, o decreto de classificação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) de Aljustrel caducou a 23 de Dezembro de 2011.
- Desenvolvimento de proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) e do respectivo programa estratégico de reabilitação urbana;
- Estudo de soluções de desenho urbano para áreas de expansão/consolidação do núcleo de Aljustrel;

Ponto de situação: Estão em curso as ações necessárias para a criação da ARU

01.5. Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Rua de Santa Isabel, em Fátima

Ponto de situação: O dossier final para apresentação do pedido constituição da ACRRU de Santa Isabel ao Governo, foi entregue à Câmara Municipal de Ourém (Abril de 2008). Aguardam-se superiores indicações do Município sobre o trabalho.

01.6. Projeto para criação de um Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio (Fevereiro 2009)

- Projeto para criação de um Sistema Integrado de Mobilidade da Cova da Iria – Plano/Estudo Prévio.

Ponto de situação: Plano/Estudo concluído, segue-se a fase de implementação.

01.7. Assessoria à operação “Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria (Setembro 2009)

- Realização de diversas reuniões de monitorização do projeto de Gestão Integrada de Mobilidade da Cova da Iria;



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

- Análise do Relatório Anual de Execução do ano de 2010, elaborado pela NML, Lda. (15 de Fevereiro);
- Realização de diversas reuniões da equipa técnica do projecto “Plano de Sinalização Turística” (10 Março);
- Autorização da Autoridade de gestão do POVT da reprogramação temporal da operação (07 Março);
- Análise do documento de trabalho relativo à apresentação do projecto a empresas de IT, elaborado pela TIS (11 Março);
- Análise do documento de trabalho relativo aos recursos a contemplar no “Plano de Sinalização Turística”, elaborado pela NML, Lda. (17 Março);
- Realização de diversas reuniões com empresas de IT (18 Março);
- Análise do esquema de circulação e localização de cancelas dos parques existentes, proposto pela TIS e realização de reuniões de concertação com o Santuário de Fátima e GNR (28 Março) e (17 Julho);
- Realização de reunião com o Município de Ourém para analisar os recursos e sub-recursos a considerar no “Plano de Sinalização Turística” (6 Abril);
- Colaboração com os Serviços Municipais, relativamente à gestão da candidatura, nomeadamente respondendo a esclarecimentos solicitados pela DGOTDU (9 Maio) e (30 Junho);
- Análise do documento de trabalho relativo à memória técnica que enquadra o projeto de sinalização, elaborado pela TIS (27 Maio);
- Realização de diversas reuniões com empresas de IT (6 Julho);
- Celebrada adenda ao Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Ourém, a SRUFÁTIUMA e Santuário de Fátima (26 Julho);
- Análise do documento de trabalho relativo ao memorando de enquadramento do Sistema Central, elaborado pela TIS (28 Setembro);
- Apresentação do Relatório de Diagnostico do Plano de Sinalização Turística de Fátima, elaborado pela NML (10 Outubro);
- Realização de contagens nos parques de estacionamento a norte do santuário de Fátima necessárias para a conclusão do Plano de Sinalização a realizar pela TIS (Outubro);
- Análise do documento de trabalho relativo aos critérios de avaliação da proposta para o Sistema Central, elaborado pela TIS (12 Dezembro);

- Análise Relatório de Diagnostico do Plano de Sinalização Turística de Fátima, elaborado pela NML (12 Dezembro).

Ponto de situação: o cronograma do projeto foi revisto, considerando que os parques inicialmente definidos no projeto para estacionamento, ainda não estavam concluídos e procurou-se também conciliar o cronograma deste projeto com o projeto de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva. Estão em curso adjudicações. Acompanhamento das Candidaturas junto da DGOTDU (QREN) e do Turismo de Portugal.

14

01.8. Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva (Dezembro 2010)

- Realização de diversas reuniões da Comissão de Acompanhamento e da Estrutura de Apoio Técnico do Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima;
- Apresentação e prestação de esclarecimento relativos aos projetos de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva.
- Conhecimento da consignação da Empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Passagem Desnivelada (23 de Maio);
- Acompanhamento da aprovação do Plano de Desvios de Trânsito Empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Passagem Desnivelada (23 Agosto);
- Realização de diversas reuniões de preparação da Empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Passagem Desnivelada.
- Acompanhamento das reuniões de negociação com os proprietários de terrenos confinantes com a Avenida, visando acordo de utilização das mesmas para execução da obra de qualificação;
- Aprovação do abate de azinheiras, pela Direcção Regional de Floresta de Lisboa e Vale do Tejo (18 Fevereiro);
- Acompanhamento e monitorização das empreitadas relativas à requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva - Parte B Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul Inclusive;



- Realização de diversas reuniões com o empreiteiro, fiscalização e entidades externas;
- Análise e validação dos autos de medição da empreitada Parte B Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul Inclusive.
- Acompanhamento da aprovação em reunião de Câmara da tramitação de documentos da empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B (18 Janeiro);
- Acompanhamento da aprovação em reunião de Câmara da 1.ª Suspensão dos trabalhos de 11.01.2011 a 20.02.2011 (41 dias) (15 Fevereiro);
- Acompanhamento da aprovação em reunião de Câmara da 2.ª Suspensão dos trabalhos de 21.02.2011 a 10.04.2011 (49 dias) (15 Março);
- Acompanhamento de envio do contrato ao Tribunal de Contas sobre o contrato da empreitada (23 Março);
- Celebração do Auto de reinício dos trabalhos (11 Abril);
- Acompanhamento da aprovação do plano de sinalização temporário, pelo Município de Ourém (12 Abril);
- Acompanhamento da aprovação em reunião de Câmara do Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro (17 Maio);
- Acompanhamento da não aprovação em reunião de Câmara do Plano de Recuperação da empreitada (29 Agosto);
- Acompanhamento do processo de resolução do contrato de empreitada de Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva – parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as rotundas Norte e Sul inclusive, em Fátima (contrato n.º 31/2010), celebrado entre o Município de Ourém e a empresa Aquino Construções, S.A;
- Acompanhamento da aprovação em reunião de Câmara resolução do contrato de empreitada n.º 31/2010 (20 Setembro);
- Acompanhamento da posse administrativa do espaço consignado (14 Outubro);
- Acompanhamento da Recepção Provisória da obra (18 Outubro);
- Acompanhamento do processo das deficiências detetadas nos coletores de drenagem de águas residuais domésticas e nos coletores de drenagem de águas pluviais, no âmbito da empreitada de Requalificação Urbana da Avenida D. José Alves Correia da Silva – parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

rotundas Norte e Sul inclusive, em Fátima (contrato n.º 31/2010), executada pela empresa Aquino Construções, S.A.

- Colaboração na elaboração das peças de procedimento relativo ao ajuste direto para execução da empreitada de “Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B – Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive”;
- Colaboração com os Serviços Municipais, relativamente ao procedimento por ajuste direto, resposta aos concorrentes sobre esclarecimentos e erros e omissões de projeto, análise das propostas, relatório preliminar e relatório final, troca de informação e preparação de planos de trabalho e de eventuais limitações de trânsito e outras durante o período de obra;
- Acompanhamento da celebração do contrato da empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B (Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive) entre o Município de Ourém e o Agrupamento formado pelas empresas ASIBEL Construções, S.A. e Construções Martins e Reis, Lda. (3 Novembro);
- Realização de diversas reuniões de preparação da Empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B;
- Acompanhamento da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da Obra (10 Novembro);
- Acompanhamento da consignação da empreitada de Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B (Troços entre a Passagem Desnivelada e as Rotundas Norte e Sul inclusive) (11 Novembro).
- Acompanhamento dos processos expropriativos e outras negociações com particulares no âmbito da faixa de ocupação da obra.

Ponto de situação: Acompanhamento e monitorização da empreitada. Monitorização das obrigações decorrentes do período de garantia de obra, relativa às Ruas Cónego Formigão e Papa João Paulo II.



Handwritten signature and initials 'uc' in the top right corner.

01.9. Projeto de Requalificação Urbana das 4 Principais Vias de Entrada em Fátima

EN356 Estrada Principal de Fátima

Ponto de situação: Projeto de Execução aprovado em Agosto de 2009 pela CMO. Aguarda-se orientações do MO para contratualização da execução/implementação do projeto.



EN356 Estrada da Batalha

Ponto de situação: Projeto Base concluído e aprovado pela CMO em Outubro de 2008. Aguarda-se orientações do MO para contratualização da execução/implementação do projeto.

EN357 Estrada de Leiria

Ponto de situação: Projeto Base concluído e aprovado pela CMO em Outubro de 2008. Aguarda-se orientações do MO para contratualização da execução/implementação do projeto.

01.10. Requalificação da EN 360 - Estrada de Minde (troço entre a rotunda Sul e o limite urbano de Fátima) (Março 2009)

Ponto de Situação: Decorre o acompanhamento do comportamento da via, face ao respetivo uso, dentro do prazo de garantia da obra.

01.11. Requalificação Urbana da Rua das Covinhas (Julho 2011)

- A análise e validação do Projeto de Execução;
- Assinatura do contrato-programa com a CMO (5 de Julho);
- Aprovação do Projeto de Execução pela CMO (17 de Julho);
- Adjudicação da empreitada (11 de Agosto);
- Consignação da Obra (8 de Setembro);
- Término dos trabalhos (30 de Novembro);

Ponto de situação: Marcação da Receção Provisória da obra, conta final da empreitada e execução financeira do contrato programa.

01.12. Brigada de Intervenção Urbana

- Resolução de anomalias em passeios, bermas, vias pedonais, estacionamento e praças, correspondendo a solicitações da Câmara Municipal de Ourém, da Junta de Freguesia de Fátima, dos Municípios e outras identificadas pelos serviços da SRUFATIMA, tais como:
 - a. Realização dos trabalhos no espaço urbano da cidade de Fátima, sendo de destacar a reparação e construção de pequenos troços de passeio, a desobstrução e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais, a colocação e reparação de sinalização viária e a colocação de toponímia;
 - b. Manutenção de espaços verdes no perímetro urbano da cidade de Fátima;
 - c. Coordenação do sistema de rega automática dos espaços verdes da cidade de Fátima;
 - d. Plantação de árvores, arbustos, relvas, plantas de época, ou outros similares.

Ponto de situação: A BIU desempenha tarefa que sido de incrementada de forma contínua, pondera-se o reforço de meios disponíveis para que seja possível fazer face à nova realidade.

01.13. Loja de Reabilitação Urbana (LRU)

- A Loja de Reabilitação Urbana é um espaço de apoio e incentivo à requalificação urbana do edificado que envolve a Avenida D. José Alves Correia da Silva, o qual será objeto de profunda requalificação, promovendo assim a melhoria das acessibilidades e mobilidade na cidade, bem como a ordenamento do trânsito, do estacionamento e a harmonização do uso pedonal e automóvel nesse espaço.
- A LRU esclarece moradores e potenciais investidores no sentido de estimular a realização de obras de remodelação, conservação e recuperação do edificado privado na envolvente da Avenida.



- Acompanhamento da candidatura junto do QREN – MaisCentro.

Ponto de situação: A LRU no âmbito da candidatura ao QREN tem funcionamento previsto até Janeiro de 2015.

01.14. Concertos de Verão

- Com o propósito de dinamizar o período mais alto do turismo de Fátima, criaram um momento musical, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, na Praça Padre Luís Kondor (Ex- Praça Paulo VI), por volta das 19 horas, nos dias 09 de Julho, 23 de Julho, 03 de Agosto, 20 de Agosto, 10 de Setembro.
- Organização do evento, gestão logística e divulgação do evento.

Ponto de situação: Este foi o primeiro ano de realização do Evento, que se perspectiva que possa ocorrer novamente em 2012, com ajustes em termos de horário

01.15. Fátima Cidade Natal

- Sendo o período de inverno um período de época baixa no turismo de Fátima, o investimento neste evento vem sustentar a aposta na criação de eventos que em época baixa possam atrair visitantes a Fátima.
- O evento foi gerido em parceria com a Junta de Freguesia de Fátima e com a ACISO – Associação Empresarial Ourém Fátima. Sendo parte do evento desenvolvido numa componente mais lúdica e uma outra mais ligada às tradições de Natal, com destaque para a exposição de presépios, além é claro da iluminação de Natal.
- Organização, planeamento e coordenação do evento.
- Gestão diária do evento de 08 de dezembro de 2011 a 02 de Janeiro de 2012.

Ponto de situação: O Fátima Cidade Natal já conquistou o seu espaço na agenda de eventos e certamente será realizado nos anos de 2012 e seguintes.

01.16. Outras tarefas, estudos e projetos:

a. Preparação das Grandes Peregrinações

- Colaboração com a CMO e participação nas reuniões de preparação das Grandes Peregrinações a Fátima, nomeadamente por altura do dia 13 de Maio, 10 de Junho, 13 de Agosto e 13 de Outubro.
- Apoio logístico e colaboração com as diversas entidades que interagem por altura destas operações.

Ponto de situação: O acompanhamento local e a possibilidade de algumas respostas locais de proximidade, têm permitido uma boa resposta às movimentações de massas nestes dias.

b. Estudo de arranjo do espaço a sul do cruzamento entre as ruas S. João de Deus e S. João de Eudes, campo de jogos e arranjo geral da envolvente.

- Elaboração de programa base.

Ponto de situação: Aguarda-se pela oportunidade de implementação.

c. Reordenamento interior do quarteirão delimitado pela Av. D. José Alves Correia da Silva e ruas Padre Manuel Nunes Formigão e Santo António.

- Elaboração de programa base.

Ponto de situação: Aguarda-se pela oportunidade de implementação.

d. Adaptação da antiga ETAR de Fátima a Ecocentro

- Programa base em desenvolvimento.

Ponto de situação: Estudo a decorrer.

e. Estudo de Sinalização de Trânsito no Centro Urbano de Fátima

- Levantamento da situação existente;
- Elaboração da nova solução;



- Orçamentação da nova solução;

Ponto de situação: Concluído o estudo. Iniciaram-se os trabalhos de implementação da nova solução (a cargo da BIU).

f. Posto de Informação Turística de Fátima

- Contratação da equipa projetista, a 25 de Outubro;
- Entrega e análise das várias especialidades do Projeto Base;

Ponto de situação: Aguarda-se a entrega do projeto de execução.

g. Elaboração de pareceres no âmbito de processos de licenciamento na CMO

- Análise e informação de processos de obras particulares, no âmbito das áreas de intervenção correspondentes aos vários estudos, planos e projetos atribuídos à SRUFÁTIMA.

Ponto de situação: a análise é feita por solicitação da Câmara Municipal de Ourém e todos os processos foram respondidos.

h. Novos centros escolares

- Acompanhamento da conclusão dos centros escolares, com respetivos acessos e realização por delegação da nova rua de acesso ao Centro Escolar Beato Nuno.

Ponto de situação: centro escolares a funcionar.

RECURSOS HUMANOS

· A 31 de Dezembro a SRUFATIMA contava com um quadro de colaboradores que se expõem abaixo, tendo sido este reforçado no último trimestre por contratação de colaboradores para a Brigada de Intervenção Urbana.

Departamento	Função	Nome	Vínculo à C.M.O.	Contrato Individual de Trabalho
ADMINISTRAÇÃO	Presidente do C. A.	Nazareno Carmo	Vereador C.M.O. (1)	
ADMINISTRAÇÃO	Vogal do C.A.	Nuno Nobre	Em regime de Cedência	
ADMINISTRAÇÃO	Vogal do C.A.	Alberto Caveiro		Administrador
DU	Arq.to	Luis Niza	Em regime de Cedência	
DU	Eng.º	Cláudia Silva		A Termo
DU	Eng.º	Pedro Mendes		A Termo
DAF	Assessor	Luis Oliveira		A Termo
DAF	Assistente Administrativo	Mara Sebastião		A Termo
DAF	Assistente Administrativo	-----	(2)	
DOGP	Assistente Operacional	Luis Peneirol		A Termo
DOGP	Assistente Operacional	Licinia Santos	Em regime de Cedência	
DOGP	Assistente Administrativo	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Albino Santos		A Termo
DOGP - BIU	Assistente Operacional	José Germano	Em regime de Cedência	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Manuel Patrão	Em regime de Cedência	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Manuel Ribeiro	Em regime de Cedência	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Luis Curdia		A Termo
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Vitalino Prazeres		A Termo
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Manuel Laranjeiro		A Termo
DOGP - BIU	Assistente Operacional	Maria Vicente		Parcial, A termo
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	
DOGP - BIU	Assistente Operacional	-----	(2)	

- ✓ (1) Exerce funções sem remuneração financeira.
 ✓ (2) Vagas não preenchidas. A decorrer recrutamento, preferencialmente com recurso a instrumentos de emprego junto do IEFP.

Ponto de situação: A equipa de colaboradores continua relativamente flexível e não se prevê grandes alterações na mesma, exceção feita a recurso a instrumentos de contratação em parceria com IEFP, por algum incremento extraordinário de atividade, ou por substituição em caso de saídas.

· Formação: Participação no seminário “Fazer (Colaborativamente) Cidade: o Envolvimento da Comunidade no Projeto Urbano” (Setembro 2011); Nuno Nobre, Alberto Caveiro, Luís Niza Ribeiro.



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

RELATÓRIO DE GESTÃO

A) A EVOLUÇÃO DA GESTÃO NOS DIFERENTES SECTORES EM QUE A SOCIEDADE EXERCEU ACTIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, CUSTOS, PROVEITOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

O Ano de 2011 foi decisivo para viabilizar alguns investimentos que estavam com financiamentos aprovados junto do QREN e desde logo se assumiu como prioridades operacionais um esforço adicional na gestão destes processos.

A estes projetos prioritários foi solicitado à SRUFATIMA, que desempenhasse a função de instrumento operacional das políticas e diretrizes do Pelouro Fátima, que foi criado na Câmara Municipal de Ourém no início de 2011 e que é um Pelouro Horizontal, em que todos os assuntos relevantes para a Gestão e Planeamento da Cidade estão delegados no Vereador responsável pelo Pelouro, Nazareno do Carmo.

O esforço operacional foi ainda utilizado na execução dos Contratos Programa com a Câmara Municipal de Ourém, deixavam desde logo uma preocupação, tanto mais que se tornaram públicas e conhecidas as dificuldades financeiras do Município de Ourém, donde provêm a esmagadora maioria das verbas para que a sociedade desenvolva a sua actividade.

A “Loja de Reabilitação Urbana”, que inclui a instalação de um estabelecimento de informação e atendimento ao público e que está situado na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.º 123, Loja 34. Este local, dentro da Cidade de Fátima, veio qualificar o relacionamento com os Municípes e demonstrou ser um muito bom instrumento, permitindo aumento de eficácia no serviço ao Município. Este projecto de investimento na sua Candidatura ao QREN no âmbito do Programa de Ação para a Regeneração Urbana de Fátima, Candidatura esta que previa a comparticipação deste ao equipamento para a loja, às despesas de funcionamento da loja e ao custo com 2 novos postos de trabalho de criação obrigatória e terá de se manter ativo pelo menos até Janeiro de 2015.

Handwritten signature and initials.

23

O diagnóstico e a necessidade de fazer face quer aos investimentos estratégicos, quer às novas directrizes, exigia um reforço dos activos humanos ao serviço da sociedade, esforço esse que se tinha iniciado em 2010 e manteve-se em 2011.

Este reforço teve natural impacto a nível da estrutura de custos da SRUFATIMA, E.E.M..

ANÁLISE POR ÁREA DE ACTIVIDADE (POR CP E OUTRAS)

Dos contratos programas em vigor, os contratos Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria – Assessoria, Loja de Reabilitação Urbana e Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva, foram os que mais exigiram afectação de recursos. Esta atenção permitiu a obtenção da satisfação da execução das tarefas em cronograma adequado, sendo notório a satisfação e o espírito de realização profissional na equipa.

Refira-se ainda a realização do Evento Fátima Cidade Natal e em que se iniciou algum trabalho na área da divulgação internacional e nacional da marca Fátima.

A parte operacional, no âmbito da Brigada de Intervenção Urbana, foi igualmente chamada a desempenhar acções em número significativo, atendendo ao forte incremento de solicitações por parte dos Municípios.

Finalmente, uma referência ao registo contabilístico das contas atendendo à alteração para o SNC e ponderando alterações de relacionamento com o Município, nomeadamente a nível da redacção a dar aos contratos programa, conforme se trate de acordos de cooperação/investimento ou outros acordos de colaboração.



SRUFATIMA
Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

**Ações desenvolvidas – contratos, programa, competências delegadas e/ou
acordo de cooperação/investimento**

Data de Assinatura	Valor	Estado dos Trabalhos	Valor Facturado/ Debitado 2011		Valor Recebido 2011
			Valor Facturado/ Debitado 2011	Valor Recebido 2011	
31-12-2008	Continuado	78.768,00 €	55.469,34 €		
22-09-2009	114.380,00 €	Em curso	5.000,00 €		
22-09-2009	123.341,17 €	Em curso	30.000,00 €	15.000,00 €	
30-08-2010	62.697,23 €	Em curso		0,00 €	
20-12-2010	528.841,52 €	Em Curso	0,00 €	0,00 €	
16-11-2010	6.500,00 €	Concluídos	6.500,00 €	6.500,00 €	
05-07-2011	349.781,98 €	Concluídos	250.500,00 €	0,00 €	

SOMA DE VALORES

370.768,00 €	76.969,34 €
	-293.798,66 €

Relacionamento com Fornecedores e Serviços Externos

Valor da Contratação	Entidade	Trabalhos Validados 2011	Valor Pago 2011
42.350,00 € NIML		21.525,00 €	21.525,00 €
53.845,00 € T15.pt		0,00 €	0,00 €
47.539,28 € João Patrício		0,00 €	0,00 €
12.354,00 € Geoma		12.354,00 €	12.354,00 €
180.283,56 € Proman		79.672,95 €	2.185,26 €
346.213,91 € Desarfate, Lda.		344.638,97 €	0,00 €

458.190,92 €	36.064,26 €
	-422.126,66 €

Handwritten signature and initials.



SRUFATIMA

Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M.

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

No que diz respeito à atividade operacional da SRUFATIMA no exercício de 2011 houve um acréscimo de gastos em Fornecimentos e Serviços Externos na ordem de 3,01% e um decréscimo em Gastos com Pessoal na ordem dos 2,74%.

Relativamente ao volume de negócios houve um acréscimo de 22,03%.

Considerando os resultados e apesar de negativos, denotam uma melhoria nos resultados operacionais de 5,74% e de 6,52% nos resultados líquidos, cifrando-se estes em 194.595,28 euros negativos.

O crescimento do volume de negócios contribuiu para a evolução positiva do resultado negativo.

Pelo dito é de considerar o desempenho em 2011 positivo.

B) OS FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Nada a Considerar.

C) A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE:

A sociedade verá o seu objecto social revisto, visando quer o incremento da sua acção a toda a Freguesia de Fátima, quer a novas áreas de actuação, relacionadas com a promoção e divulgação de Fátima.

O entendimento é dotar esta sociedade de todas as ferramentas necessárias e suficientes para gerir a especificidade de Fátima, assumindo claramente a sua relevância para o concelho, para a região e para o país.

D) O NÚMERO E O VALOR NOMINAL DE QUOTAS OU ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO, OS MOTIVOS DESSES ACTOS E O RESPECTIVO PREÇO, BEM COMO O NÚMERO E VALOR NOMINAL DE TODAS AS QUOTAS E ACÇÕES PRÓPRIAS DETIDAS NO FIM DO EXERCÍCIO:

Nada a declarar.



SRUFATIMA Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

E) AS AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 397.º:

No ano de 2011, não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e seus administradores.

F) UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA:

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, no valor de – 194.595,28 euros se mantenha em resultados transitados. A sociedade tem seguido este princípio e assume-se a continuidade do princípio.

Salienta este Conselho de Administração que com estes resultados negativos transitados que há perda de mais metade do Capital Social, pelo que considerando o Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, se dará disso conhecimento ao sócio, incentivando este a tomar decisão sobre o previsto para o efeito no já referido Artigo 35.º CSC.

G) A EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE:

Não existem sucursais.

H) OS OBJECTIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS, INCLUINDO AS POLÍTICAS DE COBERTURA DE CADA UMA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS DE TRANSACÇÕES PREVISTAS PARA AS QUAIS SEJA UTILIZADA A CONTABILIZAÇÃO DE COBERTURA, E A EXPOSIÇÃO POR PARTE DA SOCIEDADE AOS RISCOS DE PREÇO, DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ E DE FLUXOS DE CAIXA, QUANDO MATERIALMENTE RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO, DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, EM RELAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A sociedade não esteve exposta directamente a nenhuma operação que envolvesse qualquer risco financeiro. Sendo que dada a natureza de instituição privada, sem fins lucrativos e detida na totalidade por instituição pública, a considerar alguma situação no futuro, a posição será tendencialmente de risco nulo.



SRUFATIMA Sociedade de Reabilitação
Urbana de Fátima, E.E.M

SRUFATIMA, E.E.M. | Edifício Fatimae – Av. D. José Alves Correia da Silva, N.º 123, Lj. 34, Cova de Iria, 2495-402 Fátima
C.R.C.OURÉM e NPC 507273 885 | CAP. SOCIAL 1.000.000 euros

DOCUMENTOS ADICIONAIS

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS
- PARECER DO CONSELHO FISCAL
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS


UL

SRUFÁTIMA – Sociedade Reabilitação Urbana de Fátima E.E.M.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2011

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

• Balanço em 31 de Dezembro de 2011	4
• Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2011	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2011	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2011	7
• Anexo	
1. Identificação da entidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Activos fixos tangíveis	13
5. Activos intangíveis	13
6. Inventários	14
7. Clientes	14
8. Estado e outros entes públicos	14
9. Outras contas a receber	15
10. Diferimentos	15
11. Caixa e depósitos bancários	15
12. Capital realizado	16
13. Resultados transitados	16
14. Outras variações no capital próprio	16
15. Financiamentos obtidos	16
16. Locações	17
17. Fornecedores	18
18. Outras contas a pagar	18
19. Rédito	18
20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19
21. Fornecimentos e serviços externos	19
22. Gastos com o pessoal	19
23. Outros rendimentos e ganhos	20
24. Outros gastos e perdas	20
25. Resultados Financeiros	20
26. Informações exigidas por diplomas legais	21
27. Eventos subsequentes	21


ll

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.11	31.Dez.10
<i>Activo</i>			
Activos fixos tangíveis	4	817.118,69	409.519,36
Activos intangíveis	5	26.400,70	52.793,47
Total dos Activos Não Correntes		843.519,39	462.312,83
Inventários	6	10.352,28	13.013,29
Clientes	7	54.459,74	53.199,70
Estado e outros entes públicos	8	6.316,67	3.303,73
Outras contas a receber	9	919.828,38	738.772,29
Diferimentos	10	2.058,91	1.063,17
Caixa e depósitos bancários	11	154.358,99	42.700,43
Total dos Activos Correntes		1.147.374,97	852.052,61
		1.990.894,36	1.314.365,44
<i>Capitais Próprios</i>			
Capital realizado	12	1.000.000,00	1.000.000,00
Resultados transitados	13	(330.679,73)	(329.691,78)
Outras variações no capital próprio	14	10.013,60	13.108,71
		679.333,87	683.416,93
Resultado líquido do período		(194.595,28)	(208.157,39)
Total dos Capitais Próprios		484.738,59	475.259,54
<i>Passivo</i>			
Financiamentos obtidos	15 e 16	20.713,43	33.422,58
Total dos Passivos Não Correntes		20.713,43	33.422,58
Fornecedores	17	59.102,31	82.113,36
Estado e outros entes públicos	8	10.771,77	14.711,58
Financiamentos obtidos	15 e 16	12.756,97	15.464,58
Outras contas a pagar	18	1.332.174,39	520.385,25
Diferimentos	10	70.636,90	173.008,55
Total dos Passivos Correntes		1.485.442,34	805.683,32
Total do Passivo		1.506.155,77	839.105,90
		1.990.894,36	1.314.365,44

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

~~AL~~
AL

Demonstração dos Resultados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	19	369.508,60	302.811,83
Trabalhos para a própria entidade		-	53.213,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(10.950,26)	-
Fornecimentos e serviços externos	21	(135.550,94)	(131.586,82)
Gastos com o pessoal	22	(364.059,56)	(374.333,64)
Outros rendimentos e ganhos	23	3.403,23	3.673,48
Outros gastos e perdas	24	(454,65)	(287,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(138.103,58)	(146.509,27)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(54.163,99)	(59.060,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(192.267,57)	(205.569,93)
Juros e gastos similares suportados	25	(1.375,68)	(1.599,51)
Resultado antes de impostos		(193.643,25)	(207.169,44)
Imposto sobre o rendimento do período		(952,03)	(987,95)
Resultado líquido do período		(194.595,28)	(208.157,39)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		2011	2010
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>			
Recebimentos de clientes		118.555,84	171.598,81
Pagamentos a fornecedores		(215.650,43)	(86.973,20)
Pagamentos ao pessoal		(362.036,79)	(359.325,20)
Caixa gerada pelas operações		(459.131,38)	(274.699,59)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.393,57)	(1.918,46)
Outros recebimentos/pagamentos		28.644,80	(4.287,27)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(432.880,15)	(280.905,32)
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(226.495,68)	(814.706,68)
Activos intangíveis		-	-
		(226.495,68)	(814.706,68)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		583.741,58	1.039.007,48
		583.741,58	1.039.007,48
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		357.245,90	224.300,80
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		207.169,44	40.678,83
		207.169,44	40.678,83
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1.672,44)	(1.897,47)
Outras operações de financiamento		(18.204,19)	(21.451,62)
		(19.876,63)	(23.349,09)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		187.292,81	17.329,74
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		111.658,56	(39.274,78)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	42.700,43	81.975,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	154.358,99	42.700,43

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2011

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2011</i>	1	1.000.000,00	(329.691,78)	13.108,71	(208.157,39)	475.259,54
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	(208.157,39)	(3.095,11)	208.157,39	(3.095,11)
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3	-	(208.157,39)	(3.095,11)	208.157,39	(3.095,11)
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3				(194.595,28)	(194.595,28)
Operações com detentores de capital próprio					13.562,11	(197.690,39)
Entradas para cobertura de perdas	5	-	207.169,44	-	-	207.169,44
		-	207.169,44	-	-	207.169,44
<i>Posição no Fim do Período 2011</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.000.000,00	(330.679,73)	10.013,60	(194.595,28)	484.738,59

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ML

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2010

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<i>Posição no Início do Período 2010</i>	1	Notas			
	1.000.000,00	(178.849,15)	-	(191.521,46)	629.629,39
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	(191.521,46)	13.108,71	191.521,46	13.108,71
		(191.521,46)	13.108,71	191.521,46	13.108,71
<i>Resultado Líquido do Período</i>	3			(208.157,39)	(208.157,39)
<i>Resultado Integral</i>	4 = 2 + 3			(16.635,93)	(195.048,68)
Operações com detentores de capital próprio					
Entradas para cobertura de perdas	5	40.678,83	-	-	40.678,83
		40.678,83	-	-	40.678,83
<i>Posição no Fim do Período 2010</i>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.000.000,00	13.108,71	(208.157,39)	475.259,54

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Sandra Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011**

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

- a) Designação: Srufátima – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.E.M.
- b) Sede: Av. Dom José Alves Correia Silva 123, Lj. 34, Fátima – Edifício Fatimae
- c) Natureza: Entidade Empresarial Municipal
- d) Ano de Constituição: 2006
- e) Objecto: 1- A promoção do desenvolvimento local, incumbindo-lhe assegurar a promoção do crescimento económico local, a eliminação de assimetrias e o reforço da coesão económica e social nos domínios das atribuições municipais da gestão do equipamento urbano e do ordenamento do território e do urbanismo. 2- Para prossecução do seu objecto, desenvolve actividades inseridas nos domínios das atribuições do Município de Ourém, referidos no número anterior, designadamente: a) Promover a reabilitação urbana da área declarada crítica de recuperação e reconversão urbanística da Cova da Iria, do Município de Ourém, delimitada geograficamente na planta anexa aos estatutos; b) Elaborar estudos e projectos conducentes à definição de outras operações de renovação e reabilitação urbanas relativas a áreas de intervenção definidas por deliberação da Câmara Municipal de Ourém, nos termos da lei, e, bem assim elaborar os necessários planos de pormenor; c) Coordenar e executar as operações de renovação e reabilitação urbanas a que se refere a alínea anterior, nos termos e condições definidos por contrato-programa a celebrar para o efeito com o Município de Ourém; d) Promover a manutenção e conservação de infra-estruturas urbanísticas e a gestão urbana, nos termos e condições definidos por contrato-programa a celebrar para o efeito com o Município de Ourém.
- f) Designação da empresa-mãe: Município de Ourém
- g) Sede da empresa-mãe: Praça D. Maria II, n.º 1 – 2490-499 Ourém

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2011 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil	Taxa
Equipamento de transporte	4 - 5	25% - 20%
Ferramentas e utensílios	4 - 8	25%-12,50%
Equipamento administrativo	3 - 10	33,33% - 10%
Outros activos fixos tangíveis	5 - 8	20%-12,50%
Outros activos fixos intangíveis	3	33,33%

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a três anos.

d) Inventários

O inventário está valorizado ao custo de aquisição através do sistema de inventário permanente.

e) Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas de clientes e outros devedores são mensurados quando reconhecidas inicialmente, pelo respectivo valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo respectivo valor nominal.

g) Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam.

h) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,50% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,4% bem como a tributação autónoma sobre os

encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

i) Reconhecimento do rédito

De acordo com a NCRF 20, o Rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados.

É mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidas pela entidade.

j) Locações

Locações Financeiras

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Locações Operacionais

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração, estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

l) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Subsídios ao investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2011 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2011		
	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-11
Custo:			
Equipamento de transporte	96.754,38	-	96.754,38
Equipamento administrativo	72.439,40	-	72.439,40
Outros activos fixos tangíveis	5.509,50	-	5.509,50
Investimentos em curso	323.636,61	435.370,55	759.007,16
	<u>498.339,89</u>	<u>435.370,55</u>	<u>933.710,44</u>
Depreciações acumuladas			
Equipamento de transporte	48.716,35	17.448,91	66.165,26
Equipamento administrativo	36.700,37	9.540,81	46.241,18
Outros activos fixos tangíveis	3.403,81	781,50	4.185,31
	<u>88.820,53</u>	<u>27.771,22</u>	<u>116.591,75</u>

5. Activos intangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2011		
	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-11
Custo			
Outras activos intangíveis	79.186,24	-	79.186,24
	<u>79.186,24</u>	<u>-</u>	<u>79.186,24</u>
Depreciações Acumuladas			
Outras activos intangíveis	26.392,77	26.392,77	52.785,54
	<u>26.392,77</u>	<u>26.392,77</u>	<u>52.785,54</u>

Designação projecto	Prazo amortização	Custo de investimento	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Plano Pormenor	3	79.186,24	52.785,54	26.400,70
	<u>3</u>	<u>79.186,24</u>	<u>52.785,54</u>	<u>26.400,70</u>

Incluiu-se nesta rubrica o Plano Pormenor da Avenida Papa João XXIII, que até ao período de 2009 foi sendo registado em Activos Fixos Tangíveis - Investimentos em curso.

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Materias primas subsidiárias e de consumo	10.352,28	13.013,29
	<u>10.352,28</u>	<u>13.013,29</u>
Total de Inventários	<u><u>10.352,28</u></u>	<u><u>13.013,29</u></u>

Os Inventários são referentes à Brigada de Intervenção Urbana (BIU).

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Clientes		
Clientes conta corrente		
Saldos com entidades relacionadas		
Município de Ourém	54.250,24	53.199,70
Saldos com outras Entidades	209,50	-
	<u>54.459,74</u>	<u>53.199,70</u>

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	4.709,35	3.303,73
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.607,32	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>6.316,67</u>	<u>3.303,73</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	952,03	987,95
Ret. Imposto sobre Rendimento	3.109,18	3.434,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	3.903,08
Segurança Social	4.067,27	4.176,46
Outros impostos e taxas	2.643,29	2.210,09
	<u>10.771,77</u>	<u>14.711,58</u>

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Município de Ourém	869.757,71	738.772,29
Ent. Region. Turismo Leiria-Fátima	49.878,59	-
Outras contas a receber	192,08	
	<u>919.828,38</u>	<u>738.772,29</u>

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	644,41	727,47
Outros gastos a reconhecer	1.414,50	335,70
	<u>2.058,91</u>	<u>1.063,17</u>
Diferimentos (Passivo)		
Outros rendimentos a reconhecer		
Contrato Programa Rcq. Av. DJACS	21.905,20	-
Contrato Programa Reab. Urbana Aljustrel	37.840,00	109.380,00
Contrato Programa Loja Reabilitação Urbana	10.891,70	63.628,55
	<u>70.636,90</u>	<u>173.008,55</u>

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Caixa	1.439,17	119,34
Depósitos à ordem	152.919,82	42.581,09
	<u>154.358,99</u>	<u>42.700,43</u>

SRUF

12. Capital realizado

No final do período o capital era detido na totalidade pelo Município de Ourém.

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Município de Ourém	100,00%	1.000.000,00

13. Resultados transitados

Os Resultados Transitados reflectem a aplicação do Resultado Líquido do Período de 2010, bem como a entrada realizada pelo Município de Ourém de 207.169,44 euros para cobertura de prejuízos de 2010.

14. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Outras variações no capital próprio		
Subsídios	10.013,60	13.108,71
	<u>10.013,60</u>	<u>13.108,71</u>

Subsídio ao Investimento relativo ao Contrato Programa da Loja de Reabilitação Urbana.

15. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Financiamentos Obtidos		
Sociedades de Locação Financeira		
Contrato n.º 07.1.1750	-	3.016,12
Contrato n.º 350951	18.187,83	25.009,21
Contrato n.º 30032124	15.282,57	20.861,83
	<u>33.470,40</u>	<u>48.887,16</u>

16. Locações

a) Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro de 2011			
	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Equipamento de transporte				-
Volkswagen Golf 79-DI-64	2007	28.760,01	28.760,01	-
Retroescadora	2009	35.547,20	17.773,60	17.773,60
Toyota Dyna 99-HT-69	2009	29.067,17	18.166,98	10.900,19
		<u>93.374,38</u>	<u>64.700,59</u>	<u>28.673,79</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	31 de Dezembro de 2011		
	1 ano	1 a 5 anos	mais de 5 anos
Retroescadora	7.043,65	11.144,18	-
Toyota Dyna 99-HT-69	5.713,32	9.569,25	-
	<u>12.756,97</u>	<u>20.713,43</u>	<u>-</u>

b) Locações Operacionais

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração, estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam.

Bens utilizados em regime de locação operacional	31 de Dezembro de 2011		
	Data do Contrato	Duração do Contrato	Gastos efectuados
Equipamento de transporte			
Isuzu D-Max 88-ER-50	22-11-2007	48 meses	4.671,72
Total		<u>-</u>	<u>4.671,72</u>

O contrato de aluguer de veículo foi celebrado em 22 de Novembro de 2007 com a empresa Ambiourem, E.E.M. e em 15 de Março de 2010 houve uma cedência de posição para a Srufátima, E.E.M.

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	59.102,31	82.113,36
	<u>59.102,31</u>	<u>82.113,36</u>

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Fornecedores de Investimentos	524.484,03	339.294,12
Credores por acréscimo de gastos	738.124,09	111.909,58
Outras contas a pagar	69.566,27	69.181,55
	<u>1.332.174,39</u>	<u>520.385,25</u>

19. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Vendas de mercadorias	-	110,00
Prestação de serviços		
Transações com entidades relacionadas		
Município de Ourém	369.508,60	302.701,83
	<u>369.508,60</u>	<u>302.811,83</u>

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, é detalhado como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Custo das merc. vendidas/matérias consumidas		
Existências iniciais	13.013,29	7.394,50
Compras	8.289,25	5.016,62
Regularização de Existências	-	602,17
Existências Finais	10.352,28	13.013,29
	<u>10.950,26</u>	<u>-</u>

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Subcontratos	2.772,00	56,54
Serviços especializados	66.255,69	67.216,39
Materiais	7.253,19	11.766,32
Energia e fluídos	18.778,05	14.736,62
Deslocações, estadas e transportes	1.127,06	1.482,94
Serviços diversos	39.364,95	36.328,01
	<u>135.550,94</u>	<u>131.586,82</u>

Não existiram transacções com entidades relacionadas (Município de Ourém).

22. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Remunerações dos órgãos sociais	66.154,76	76.041,83
Remunerações do pessoal	217.381,78	220.281,85
Encargos sobre remunerações	55.001,92	55.966,40
Seguros	3.297,46	1.393,53
Outros gastos com pessoal	22.223,64	20.650,03
	<u>364.059,56</u>	<u>374.333,64</u>

A empresa teve durante o ano de 2011, ao seu serviço, 14 (catorze) empregados; destes, 2 (dois) pertencem ao Conselho de Administração. Este número foi calculado tendo em conta a média anual.

De salientar que dos três membros do Conselho de Administração, apenas dois foram remunerados.

O valor global das remunerações do exercício atribuídas aos administradores executivos foi de 66.154,76 (sessenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos).

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Rendimentos suplementares	170,32	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,27	0,42
Outros rendimentos e ganhos	<u>3.232,64</u>	<u>3.673,06</u>
	<u><u>3.403,23</u></u>	<u><u>3.673,48</u></u>

24. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Impostos	163,25	287,38
Outros gastos e perdas	<u>291,40</u>	<u>-</u>
	<u><u>454,65</u></u>	<u><u>287,38</u></u>

25. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foram como segue:

	<u>31-Dez-11</u>	<u>31-Dez-10</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.310,12	1.566,73
Outros gastos e perdas de financiamento	<u>65,56</u>	<u>32,78</u>
	<u><u>1.375,68</u></u>	<u><u>1.599,51</u></u>
Resultados financeiros	<u><u>(1.375,68)</u></u>	<u><u>(1.599,51)</u></u>

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Srufátima, E.E.M. não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

27. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

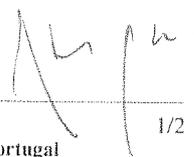
Exmos. Senhores,

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 17.º dos Estatutos da **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM** e da alínea g) do artigo 28.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos com a regularidade e extensão consideradas necessárias, as actividades desenvolvidas e verificámos os registos e os documentos de síntese contabilística tendo ainda obtido todos os esclarecimentos que solicitámos à Administração e aos serviços da Empresa.
3. No seguimento dos trabalhos desenvolvidos é nossa convicção que o Relatório da Administração e as Contas explanam com clareza e suficiência a evolução da actividade da Empresa, os resultados do exercício e a posição financeira, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Neste sentido, procedemos à emissão da certificação legal das contas, com uma reserva por limitação de âmbito, a qual passa a fazer parte integrante deste relatório.
4. No exercício em apreço foi apurado um resultado operacional, após encargos de financiamento, de € 193.643,25 negativos pelo que importa dar cumprimento ao disposto no Artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29/12.



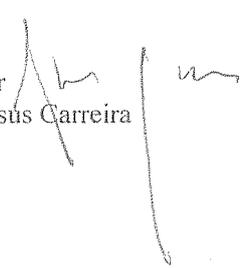
Parecer

5. Neste sentido, somos do parecer que o Executivo Camarário do Município de Ourém aprove:
- i. O Relatório de Gestão e as Contas de 2011;
 - ii. A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão.

Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pelas informações e esclarecimentos prestados, contribuindo desta forma para o desempenho das nossas funções.

Leiria, 3 de Abril de 2012

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 1.990.894,36 euros e um total de capital próprio de 484.738,59 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 194.595,28 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Os ativos fixos tangíveis incluem aproximadamente 172 mil euros de dispêndios associados à execução da empreitada de requalificação da EN 360 (Estrada de Minde) não previstos no contrato-programa celebrado com o Município. Dado tratarem-se de encargos com obras de domínio público, sob a alçada do Município de Ourém, não satisfazem os requisitos para o reconhecimento como um ativo da SRUFÁTIMA, pelo que, se os referidos encargos não forem assumidos pelo Município, deverão ser considerados gastos.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

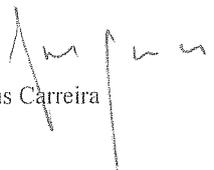
Leiria, 3 de Abril de 2012

LCA, SROC

Representada por

José Maria de Jesus Carreira

R.O.C. n.º 614



(Handwritten signature and initials)

Relatório Anual da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Exmo. Conselho de Administração

Da *SRUFÁTIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM*

1. Introdução

- 1.1. O presente relatório é emitido nos termos das recomendações emanadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- 1.2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, com uma reserva por limitação de âmbito, com data de 3 de Abril de 2012.

2. Procedimentos de Auditoria

O nosso trabalho consistiu, entre outros aspectos, no seguinte:

- (1) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
- (2) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- (3) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes e fornecedores) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.
 - b) Análise das reconciliações bancárias preparadas pelos serviços da Empresa.
 - c) Análise dos documentos de suporte às aquisições de ativos fixos no exercício e do respectivo registo contabilístico.

- d) Teste às depreciações e amortizações dos ativos fixos praticadas no período, nomeadamente quanto à adequabilidade das taxas utilizadas, deduzidas das respectivas vidas úteis estimadas, e à consistência da sua aplicação.
- e) Análise das situações justificativas de ajustamentos a valores de activos ou da constituição de provisões para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.
- g) Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- h) Análise de operações e saldos com entidades relacionadas.
- (4) Apreciação do relatório do Conselho de Administração e verificação da sua conformidade com as demonstrações financeiras do exercício.
- (5) Solicitação da Declaração do Órgão de Gestão, de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

3. Notas sobre saldos de contas e transações

3.1. Rendimentos, gastos e resultados

Rubrica	2011	2010	Varição 2011/2010
Vendas e serviços prestados	369.508,60	302.811,83	22,0%
Trabalhos para a própria entidade		53.213,26	-100,0%
Restantes rendimentos e ganhos	3.403,23	3.673,48	-7,4%
Total de rendimentos e ganhos	372.911,83	359.698,57	3,7%
Gastos com pessoal	364.059,56	374.333,64	-2,7%
Fornecimentos e serviços externos	135.550,94	131.586,82	3,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.950,26		
Depreciações e amortizações	54.163,99	59.060,66	-8,3%
Restantes gastos e perdas	1.830,33	1.886,89	-3,0%
Imposto do período	952,03	987,95	-3,6%
Total de gastos e perdas	567.507,11	567.853,96	-0,1%
Resultado líquido do período	-194.595,28	-208.157,39	

Quanto à evolução das rubricas acima, refira-se que:

- A variação positiva do volume de negócios permitiu uma ligeira melhoria dos resultados de 2011, face aos apurados para o período homólogo.
- A estrutura de gastos manteve a ordem de valores do ano anterior, conforme se pode constatar pela comparação de valores das principais rubricas – gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos.

— *Leal, Carreira & Associados SROC*

— O gasto de imposto corresponde a tributações autónomas.

3.2. Ativos

3.2.1. Ativo não corrente

Rubrica	31-12-2011		31-12-2010		Variação 11/10	
	€	%	€	%	€	%
Activo não corrente						
Activos fixos tangíveis	174.703,28	20,7%	174.703,28	37,8%	0,00	0,0%
Investimentos em curso	759.007,16	90,0%	323.636,61	70,0%	435.370,55	134,5%
Activo intangíveis	79.186,24	9,4%	79.186,24	17,1%	0,00	0,0%
Depreciações/amortizações acumul.	(169.377,29)	-20,1%	(115.213,30)	-24,9%	(54.163,99)	47,0%
Total	843.519,39	100,0%	462.312,83	100,0%	381.206,56	82,5%

As principais variações referem-se a:

- Dispêndios com investimentos em curso, no montante de € 435.370,55.
- Imputação das depreciações do exercício, no montante de € 54.163,99;

Os investimentos em curso, decorrendo de contratos-programa em que a Empresa fica incumbida da execução de investimentos a assumir pelo Município de Ourém, têm vindo a constituir o núcleo de atividade da SRUFÁTIMA. Pelo exposto, recomenda-se um acompanhamento rigoroso da execução e perspectivas de desfecho dos contratos de forma a identificar atempadamente necessidades de acerto dos encargos a assumir pelo Município de Ourém, a coberto de eventuais adendas contratuais.

3.2.2. Ativo corrente

Rubrica	31-12-2011		31-12-2010		Variação 11/10	
	€	%	€	%	€	%
Activo corrente						
Inventários	10.352,28	0,9%	13.013,29	1,5%	(2.661,01)	-20,4%
Clientes	54.459,74	4,7%	53.199,70	6,2%	1.260,04	2,4%
Estado e outros entes públicos	6.316,67	0,6%	3.303,73	0,4%	3.012,94	91,2%
Outras contas a receber	919.828,38	80,2%	738.772,29	86,7%	181.056,09	24,5%
Diferimentos	2.058,91	0,2%	1.063,17	0,1%	995,74	93,7%
Caixa e depósitos bancários	154.358,99	13,5%	42.700,43	5,0%	111.658,56	261,5%
Total	1.147.374,97	100,0%	852.052,61	100,0%	295.322,36	34,7%

Relativamente aos ativos correntes refira-se que:

- O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos corresponde a pagamentos especiais por conta, dedutíveis à colecta de imposto de períodos futuros, e IVA a recuperar.
- O Município de Ourém representa a quase totalidade das contas a receber de clientes a 31/Dez. tendo sido esta entidade incluída no processo de confirmação externa de saldos.
- O saldo da rubrica de outras contas a receber refere-se essencialmente a importâncias a receber do Município de Ourém, no âmbito dos contratos-programa celebrados.

3.3. Passivos

Rubrica	31-12-2011		31-12-2010		Variação 11/10	
	€	%	€	%	€	%
Passivo						
Fornecedores	59.102,31	3,9%	82.113,36	9,8%	(23.011,05)	-28,0%
Estado e outros entes públicos	10.771,77	0,7%	14.711,58	1,8%	(3.939,81)	-26,8%
Financiamentos obtidos	33.470,40	2,2%	48.887,16	5,8%	(15.416,76)	-31,5%
Outras contas a pagar	1.332.174,39	88,4%	520.385,25	62,0%	811.789,14	156,0%
Diferimentos	70.636,90	4,7%	173.008,55	20,6%	(102.371,65)	-59,2%
Total	1.506.155,77	100,0%	839.105,90	100,0%	667.049,87	79,5%

Quanto aos passivos da Empresa refira-se que:

- A rubrica de outras contas a pagar, para além de créditos devidos a fornecedores de investimento no montante de € 524.484,03, inclui:

- ↳ A dotação de valores de obras previstos, no total de € 687.653,70, para compensação com os investimentos em curso, aquando da conclusão dos trabalhos:

4 Principais vias de entrada em Fátima	62.823,20 €
Av. D. José Alves Correia da Silva	275.048,52 €
Rua das Covinhas	349.781,98 €

- ↳ A estimativa de remunerações de férias e subsídio de férias imputáveis a 2011 e a liquidar em 2012, no total de € 47.687,50.

- Para a rubrica de Estado e outros entes públicos, verificámos o cumprimento de deveres fiscais tendo obtido, nomeadamente, declarações de não dívida emitidas digitalmente pelo Serviço de Finanças de Ourém e pelo Serviço Segurança Social Directa.

Handwritten signature and initials

3.4. Capitais próprios

Rubrica	31-12-2011		31-12-2010		Variação 11/10	
	€	%	€	%	€	%
Capital próprio						
Capital realizado	1.000.000,00	206,3%	1.000.000,00	210,4%	0,00	0,0%
Reservas legais						
Outras reservas						
Resultados transitados	(330.679,73)	-68,2%	(329.691,78)	-69,4%	(987,95)	0,3%
Outras variações no capital próprio	10.013,60	2,1%	13.108,71	2,8%	(3.095,11)	-23,6%
Resultado líquido do período	(194.595,28)	-40,1%	(208.157,39)	-43,8%	13.562,11	-6,5%
Total	484.738,59	100,0%	475.259,54	100,0%	9.479,05	2,0%

— A variação positiva na rubrica de resultados transitados resulta:

↳ Da aplicação do resultado líquido de 2010;

↳ Da transferência financeira de € 207,169.44 do Município de Ourém, correspondentes aos resultados de exploração após encargos financeiros, em observância do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006.

— O saldo da rubrica de outras variações no capital próprio corresponde ao montante de subsídios ao investimento (Loja de Reabilitação Urbana) por imputar a rendimentos do período na demonstração dos resultados. Este valor será levado a rendimentos do período proporcionalmente à depreciação dos ativos não correntes objecto de comparticipação.

4. Recomendações e conclusões

4.1. Os investimentos em curso, decorrendo de contratos-programa em que a Empresa fica incumbida da execução de investimentos a assumir pelo Município de Ourém, têm vindo a constituir o núcleo de atividade da SRUFÁTIMA. Pelo exposto, recomenda-se um acompanhamento rigoroso da execução e perspectivas de desfecho dos contratos de forma a identificar atempadamente necessidades de acerto dos encargos a assumir pelo Município de Ourém, a coberto de eventuais adendas contratuais.

4.2. A incerteza quanto à assumpção, por parte do Município de Ourém, de dispêndios incorridos com a requalificação da EN 360 (Estrada de Minde), não previstos contratualmente, traduziu-se em reserva por limitação de âmbito constante da Certificação Legal das Contas.

4.3. De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico do setor empresarial local, a SRUFÁTIMA, E.E.M., está obrigada a elaborar os seguintes instrumentos de gestão previsional: a) Planos plurianuais e anuais de atividades, de investimento e financeiros; b) Orçamento anual de investimento; c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de

— *Leal, Carreira & Associados SROC*

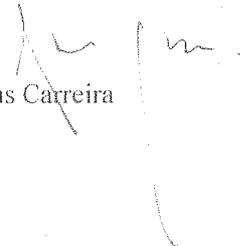
rendimentos e orçamento de gastos; d) Orçamento anual de tesouraria; e e) Balanço previsional. Os próprios estatutos da Empresa, no seu art. 21.º, mencionam a obrigatoriedade da sua elaboração e que os mesmos devem ser apresentados ao executivo municipal até ao dia 30 de Outubro do ano anterior àquele que respeitam. Relativamente ao ano de 2011, não nos foram apresentados os instrumentos de gestão previsional acima mencionados, pelo que não nos foi possível pronunciar sobre os mesmos como é da nossa competência, conforme o exigido pelo art. 28.º, alínea g).

4.4. Analisámos o relatório do Conselho de Administração, o qual satisfaz os requisitos legais, e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Por último,

4.5. Concluímos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pelas informações e esclarecimentos prestados, contribuindo desta forma para o adequado desempenho das nossas funções.

Leiria, 3 de Abril de 2012

LCA, SROC
Representada por 
José Maria de Jesus Carreira
ROC n.º 614